



MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 28 DE ABRIL 2026

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2025

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 37967/2026**, datado de **2026.04.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da informação registada sob o n.º 34.837/2026, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** remeteu a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão do Município, referentes ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Tomando a palavra, o **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** fez uma breve apresentação sobre os principais pontos da matéria em análise. -----

----- Finda a exposição, o Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição proferida, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante do Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, depois, no final, farei chegar uma declaração de voto, por escrito. -----

Há aqui alguns números que o senhor Presidente não focou e que eu gostaria de deixar.

Obviamente, cada um escolhe os números que quer, os que mais jeito lhe dão, isto é da vida.

Os cumprimentos reais de algumas das rubricas, algumas delas as que requerem maior esforço e mérito do Executivo, nomeadamente, que dizem respeito ao cumprimento das receitas e despesas de capital. Estas receitas e despesas estão diretamente relacionadas com o cumprimento dos investimentos. A receita de capital na ótica da cobrança, não foi além dos



50%. As despesas de capital, na ótica das realizações, ficaram pelos 76%. É mais um elefante na sala (é o dia deles). -----

Nas rubricas em que a intervenção do Executivo é passiva, as receitas correntes ultrapassam largamente os 100%. No caso concreto da ótica da cobrança, tivemos 113%. Se cá estivesse o Vítor Gaspar, seria um aumento brutal de impostos. Aqui é o Dr. Fernando Marques que diria isso no Relatório. -----

Alguns dos números, os impostos. A receita de impostos diretos cresceu 19%, com o IMI a crescer 11,5%. -----

Vamos apresentar uma declaração de voto e vamo-nos abster na votação.” -----

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Senhores Vereadores, -----

Público em geral e comunicação social, -----

A bancada do Partido Social Democrata intervém neste ponto para manifestar o seu **apoio claro, responsável e convicto** à Prestação de Contas e ao Relatório de Gestão do Município, referentes ao ano económico de 2025. Estes documentos refletem, de forma objetiva e transparente, **uma gestão financeira sólida, sustentável e orientada para o desenvolvimento do concelho**. -----

Desde logo, importa destacar um dado absolutamente central: **o volume de investimento realizado em 2025, na ordem dos 20 milhões de euros**. Trata-se de um valor muito significativo, que tem sido crescente, e que demonstra uma clara opção política por transformar recursos financeiros em investimento público, em infraestruturas, em equipamentos e em melhores serviços para a população. -----

Este nível de investimento é acompanhado por um indicador que merece especial relevância: **uma taxa de concretização de cerca de 97% na ótica dos compromissos**. Este resultado evidencia planeamento, capacidade de execução e rigor na gestão orçamental. Aquilo que foi inscrito em orçamento correspondeu, efetivamente, a compromissos assumidos e honrados, o que reforça a credibilidade da ação municipal. -----



Outro aspeto que a bancada do PSD valoriza de forma muito clara é o **prazo médio de pagamento**, que se fixou **nos 24 dias**. Num contexto em que, demasiadas vezes, as entidades públicas são acusadas de atrasos nos pagamentos, o Município de Ourém assume-se como **um exemplo de boa prática**, cumprindo atempadamente com fornecedores, empresas e instituições, contribuindo ativamente para a estabilidade do tecido económico local. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Gostaríamos ainda de salientar um elemento fundamental que demonstra, de forma inequívoca, a **saúde financeira do Município**: a sua **capacidade de endividamento**. -----

Os documentos agora em apreciação mostram que o Município se encontra **muito abaixo dos limites legais de endividamento**, com uma margem extremamente confortável face ao limite máximo permitido por lei. Mais do que isso, evidenciam uma **redução consistente da dívida**, incluindo da dívida de médio e longo prazo, **mesmo num ano marcado por forte investimento público**. -----

Este é um sinal claro de boa gestão: o Município consegue investir significativamente no território, sem comprometer o futuro, sem hipotecar as próximas gerações e mantendo indicadores financeiros robustos. -----

Ter capacidade de endividamento disponível não é um risco — é um ativo estratégico, que traduz confiança, estabilidade e margem de manobra para responder a desafios futuros. -----

Relativamente ao **resultado orçamental positivo**, a bancada do PSD entende ser essencial enquadrá-lo com responsabilidade. Um excedente não significa falta de ambição nem ausência de investimento; significa, isso sim, **equilíbrio, prudência e boa governação**. -----

Num contexto económico exigente, marcado por inflação, incertezas externas e crescente transferência de competências para as autarquias, é fundamental que o Município tenha capacidade financeira para responder a imprevistos e continuar a investir de forma sustentada.

E importa dizê-lo com clareza política: **é preferível apresentar resultados positivos, fruto de rigor e gestão responsável, do que os sucessivos resultados negativos que marcaram anteriores ciclos de governação socialista**, em que o desequilíbrio financeiro era recorrente.

Hoje, Ourém demonstra que é possível conjugar **contas certas, forte investimento e responsabilidade financeira**. -----



Por fim, sublinham-se ainda outros aspetos relevantes: o **cumprimento integral dos limites legais**, a inexistência de pagamentos em atraso e uma situação financeira globalmente estável e sólida, que reforça a confiança nas opções estratégicas do executivo. -----

Senhor Presidente, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

A Prestação de Contas de 2025 é o reflexo de uma opção política clara: **governar com rigor, investir com critério e preparar o futuro com responsabilidade**. Por estas razões, a bancada do PSD votará favoravelmente este ponto, reafirmando o seu apoio ao executivo municipal e reconhecendo o trabalho desenvolvido em 2025 em benefício do concelho e dos oureenses. -----

Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, gostaria de agradecer ao Dr. Fernando Marques, aqui presente, todo o profissionalismo sempre manifestado e, hoje, estar aqui de prontidão, para responder a qualquer solicitação. -----

Sinceros agradecimentos desta Assembleia Municipal.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “De forma rápida e sem querer entrar aqui em qualquer tipo de despique porque, como disse e bem o senhor deputado Nuno Baptista, as contas têm as leituras que tiverem. É como o copo meio cheio, meio vazio. Quem quiser olha para o meio cheio e quem quiser olha para o meio vazio, e ambos estão certos. -----

Dizer que as receitas diretas aumentaram esse valor, mas acho que devíamos enaltecer aqui a dinâmica económica do concelho. -----

É verdade que a questão do IMT foi onde houve um maior acréscimo, o que demonstra que houve mais transações no concelho, houve dinâmica empresarial no concelho, e isso, obviamente, deve aqui ser salientado. -----

O aumento do IMI sem ter havido qualquer aumento de taxa reflete que há mais casas, há mais empresas a pagar, há mais comércio, há mais indústrias, o que também deve ser referenciado.

Não tenho certeza, mas admito que possa ter havido algumas empresas que estariam a beneficiar de isenções de IMI, de algum valor que deixaram de beneficiar de algumas dessas isenções, o que se reflete também aqui nestes valores que hoje são aqui apresentados. -----



E dizer que se não fossem estes resultados que hoje apresentamos, possivelmente não teríamos tido a capacidade de resolver tão rapidamente, como resolvemos os problemas que tivemos recentemente com a tempestade Kristin, porque foi preciso um grande esforço financeiro para que isso tivesse sido possível. -----

Penso que é sempre bom termos essa folga do que estarmos com situações mais complicadas.

Dizer aos senhores deputados do PS, em jeito de conclusão e, se me permitem “de alguma brincadeira”, se não votam a favor destas, nunca mais vão votar a favor de nenhuma. -----

Obrigado” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR MAIORIA, COM 03 ABSTENÇÕES DO GRUPO MUNICIPAL PS – 37 PRESENCAS** -----

----- O Representante do Grupo Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, apresentou a seguinte declaração de voto: “Balanço continua estruturalmente equilibrado e a câmara consegue gerar com bastante facilidade meios financeiros que permite realizar uma gestão financeira arrojado e sem pressão sobre a sua tesouraria. -----

Desta forma não existem grandes desculpas para realizar quer o orçamento que os executivos propõem e que ano após ano não o cumpre. -----

Neste capítulo, e apesar do Sr. Presidente propagandear grandes efeitos sobre cumprimentos orçamentais na sua mensagem pessoal no Relatório de Gestão, acontece que os cumprimentos reais são muito pobres principalmente nas rubricas que requerem maior esforço e mérito do executivo, nomeadamente no que respeitam aos cumprimentos de receitas e despesas de capital. Estas receitas e despesas estão diretamente correlacionadas com o cumprimento dos investimentos. A receita de capital na ótica das cobranças não foram além dos 50%, e as despesas de capital na ótica das realizações ficaram-se pelos 64%. -----

Por sua vez nas rubricas em que a intervenção do executivo é passiva, as receitas correntes ultrapassam largamente os 100%, no caso em concreto na ótica da cobrança é de 113%. Embora mais baixo, ainda assim as despesas correntes na ótica das realizações foram 85%, bem acima dos 64% das despesas de capital. -----

Acresce que estas performances dos cumprimentos orçamentais quer do lado das receitas quer do lado das despesas de capital, são de baixo nível agravado pelo facto de que se tratou de um ano de eleições autárquicas e por isso no fim de um ciclo ou mandato em que os



investimentos normalmente também terminam em grande parte neste fim de ciclo com os executivos a forçarem as suas realizações. -----

Como dissemos no início o Município tem contas equilibradas e tem grande capacidade para gerar receitas. Depois tem bastantes dificuldades em empregar os recursos gerando todos os anos saldos orçamentais significativos, pelo que não se compreende a sua sucessiva relutância em aceitar propostas (como tem sido as do PS) para desagravar impostos e taxas cobradas aos munícipes, quando existe margem, muita margem, para isso. Ao contrário, tem vindo nos últimos tempos a castigar ainda mais os munícipes, com a subida de impostos. As receitas dos impostos diretos cresceu 19%, com o IMI (aquele imposto que “doi” mais ao contribuinte) a crescer 11,5%. Isto para quê? Elevados saldos orçamentais e elevados depósitos nos Bancos, com o Município a aforrar inclusivamente depósitos a prazo (5 milhões de euros)!!! -----

Outro assunto que sobressaia neste relatório de gestão e prestação de contas, é a informação que é dada sobre um dos investimentos que nos últimos anos mais mereceu observações dos eleitos do PS. Não porque estavam contra o investimento, mas sim nos moldes em que o mesmo foi feito. E, isto convém sempre chamar a atenção: O PS nunca foi contra a zona industrial da Freixianda, cujo investimento já estava inscrito no programa eleitoral do PS e já tinha sido inscrito nos planos de investimento da gestão do PS do Município. Contudo, como dissemos, estamos em desacordo com os moldes e a magnitude do investimento. O Relatório, informa-nos que o investimento pronto sem contar com os acessos estratégicos que ainda não se vislumbra, foram gastos cerca de 4,991 milhões de euros. Atendendo que se trata de um investimento com o apoio dos fundos comunitários, mas limitado no valor, a pergunta que se impõe é: -----

Face aos valores do investimento apurado, qual o valor proveniente exclusivamente dos fundos municipais? -----

E, atendendo que a inauguração desta zona de acolhimento empresarial já foi há bastante tempo, perguntamos também: -----

- Qual o défice entre os valores vendidos e o custo geral do investimento (sem acessos)? -----

- Se se sabe quando vão os mutuários das aquisições dos lotes iniciarem as construções/obras (pois não se vislumbra à data nenhuma motivação que nos indicam sequer o início de qualquer obra)? Será por responsabilidade dos serviços urbanísticos da Câmara? -----



- Qual o número de empregos se preveem serem gerados por esses mutuários da aquisição dos lotes? -----

- Se o executivo acha que os pressupostos económicos e sociais e de desenvolvimento regional se vão cumprir de acordo com o estudo que sustentou o investimento. -----

Nestes termos o Grupo Municipal do PS abstêm-se, neste ponto da ordem de trabalhos.” -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Assembleia Municipal de Ourém, 28 de abril 2026 -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,